



UMA VIDA EXEMPLAR

Após relevantes serviços prestados à magistratura do Paraná, o desembargador Munir Karam, após trinta e seis anos e sete meses de atuação contínua no Judiciário, aposenta-se para iniciar nova etapa da vida. Não acreditamos que o Dr. Munir, afeito ao trabalho desde sua juventude, torne-se uma pessoa acomodada para desfrutar, como bem merece, os louros de sua brilhante travessia, que é, sem dúvida, um exemplo para todos que militam na área da Justiça, a quem serviu com tanta dedicação e altanaria.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ingressou na magistratura como Juiz em Goioerê em 1970, tendo trabalhado como Juiz em Cascavel, Maringá e Curitiba, chegando ao Tribunal de Alçada em 1994. Após esse período, foi nomeado Desembargador, passando a integrar o Tribunal de Justiça do Paraná. O Dr. Munir é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, como também é Coordenador do Núcleo de Estudos do Direito Civil, na Faculdade de Direito da UFPR. Além disso, é membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

O Dr. Munir Karam é um grande entusiasta do setor de seguros, sendo emérito colaborador do nosso Sindicato. Portanto, permitimo-nos dizer que é um dos nossos, um amigo e companheiro, com quem contamos com o seu apoio, com a sua amizade e com a sua vontade de servir ao seguro, do qual é profundo conhecedor, tanto assim que a sua presença é marcante como incentivador da cultura do seguro junto aos jovens estudantes do Direito inclusive estimulando-os para que se especializem em seguro. Vale também destacar que o Dr. Munir tem colaborado com a Escola Nacional de Seguros (FUNENSEG), na série "Em Deba-



te", cujos temas versam sobre o Contrato de Seguros, sobre Responsabilidade Civil e sobre modalidades específicas de seguros.

Ao longo do tempo, tem sido incansável defensor dos Fóruns Jurídicos, levados a efeito em Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu, por meio dos quais vislumbra a transmissão do conhecimento da matéria a todos os Juizes, tendo como objetivo desmistificar a imagem negativa do nosso segmento. Como bem dizia Antonio Machado, grande escritor espanhol: "Amizade verdadeira, claro espelho onde a razão se reflete". A frase famosa se ajusta ao perfil ilibado do cidadão Munir Karam, cuja figura humana, além do cabedal de experiência profissional, deixa transparecer a sua conduta de cidadão autêntico e pronto a servir ao seu semelhante, numa demonstração eloqüente de civilidade e bonomia, ou melhor dizendo: bondade de coração e simplicidade de maneiras.

Queremos, nesta oportunidade, desejar-lhe uma nova etapa de vida bastante feliz, desfrutando do convívio de seus familiares e amigos, entre os quais nos incluímos. Acrescentando, desejamos dizer-lhe que esperamos continuar merecendo da sua prestimosa colaboração, como veículo importante de aproximação entre nossa atividade e o Ministério Público, de modo geral.

:: UM ACIDENTE PREVISÍVEL

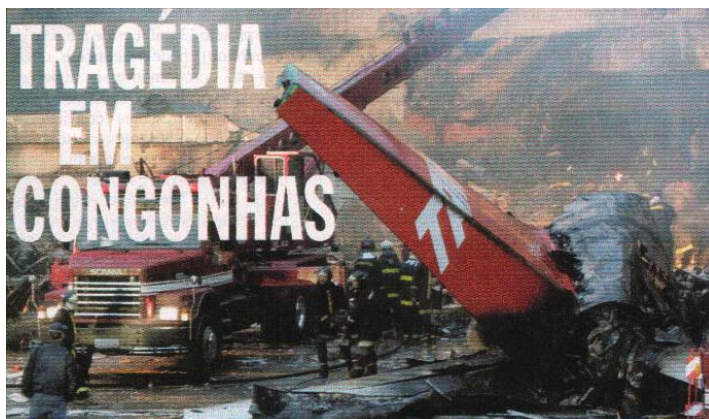
O jornal O Estado de São Paulo, edição de 23 do corrente, sob o título acima, publicou interessante matéria sobre o acidente com o Airbus da TAM, ocorrido em data de 17/07/07 (terça-feira), no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, da qual transcrevemos alguns tópicos:

"O acidente do Airbus da TAM se enquadra entre os acidentes lamentáveis, principalmente porque poderia ser evitado, bastando para isso um pouco de autoridade e bom senso na gestão da aviação civil brasileira. Ainda é cedo para se determinar as causas desse acidente, mas, desde a queda do Boing da GOL, o governo federal transformou o controle dos vôos num enorme saco de gatos, aonde a única certeza é a completa inaptidão dos envolvidos. Retenção de dinheiro destinado a ampliação e modernização dos sistemas de controle de vôo, declarações infelizes, posições contraditórias e explicações sem sentido são o retrato da inabilidade federal para tratar de um assunto onde a incompetência pode levar à morte. Em menos de um ano o governo conseguiu a façanha de ser responsável por dois dos maiores acidentes aéreos da história nacional. Nos dois, independentemente de outras causas, a união, por ação de omissão de seus órgãos, está diretamente ligada aos fatos determinantes dos respectivos desfechos."

"Depois da queda do avião da GOL a aviação civil entrou em parafuso. A situação transformou-se numa bomba-relógio, alimentada por atrasos de

vôos, caos nos saguões dos aeroportos, ameaças e chantagens de gente interessada em aumentar a temperatura do fogo, e pela constatação de que nos corredores da Infraero havia mais coisa do que compreende a vã filosofia. Entre elas a deterioração das pistas, enquanto as reformas dos aeroportos consumiam milhões de reais, em ações sem o menor significado para a segurança dos vôos. Congonhas transformou-se no paradigma. Quando chovia, alguém descia com um pauzinho para medir o nível de água na pista principal! A reação popular exigiu uma reforma que não foi concluída e o aeroporto foi aberto "meia boca". O resultado está aí, plasmado na morte de perto de 200 pessoas a bordo de um avião que derrapou na pista e bateu num prédio e explodiu."

"A responsabilidade original também é do governo. Pela pista inacabada e pela autorização para o pouso em condições de uso ruins. Existe seguro para esse sinistro. São eles: responsabilidade civil, que cobre os danos causados a terceiros, passageiros ou não; o seguro da aeronave; e o seguro para o prédio atingido. Não conheço as apólices e as importâncias seguradas, mas devem ser suficientes para fazer frente às indenizações. A questão é como elas serão pagas, já que, apesar de ser cedo para determinar as responsabilidades, a TAM também é vítima da reforma incompleta da pista, utilizada sem ressalvas em dia de chuva, mesmo após outro avião derrapar nela, um dia antes."





:: RESSEGURO - PRIMEIRAS REGRAS

A tão esperada abertura do mercado de resseguros começa a se tornar uma realidade. Na sexta-feira (20/07), a SUSEP publicou as primeiras regras para o setor aberto. As normas são transitórias e preparam o mercado para as regras definitivas, que devem ficar prontas até o final do ano.

Segundo Alexandre Penner, diretor da SUSEP, o objetivo da norma é dar uma satisfação ao mercado do andamento do processo de abertura do resseguro, aguardado há mais de 15 anos. As regras foram aprovadas no dia 28 de junho pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e publicadas no Diário Oficial da União na sexta.

A SUSEP promete colocar em setembro as regras da norma definitiva em audiência pública para o mercado brasileiro e externo. A razão é que as resseguradoras estrangeiras são as mais interessadas em operar no Brasil. O texto final deve ficar pronto até dezembro e vai conter, por exemplo, as condições mínimas para abrir uma empresa aqui.

Uma das principais novidades da Resolução 164, a legislação de transição, é que ela autoriza o mercado segurador local a procurar resseguro no exterior. Mas o IRB Brasil RE – que perdeu o monopólio do setor, mas ainda é a única resseguradora autorizada a operar no Brasil até que saiam as normas definitivas – tem preferência. Ou seja, a seguradora primeiro precisa oferecer o risco para o IRB. Se a instituição não quiser, a seguradora pode ir direto ao exterior. Antes, com o mercado fechado, isso já acontecia, mas o IRB precisava primeiro autorizar formalmente a seguradora a ir para o exterior.

A norma acima, chamada regra de preferência, promete ser uma das mais discutidas no mercado, avalia João Marcelo Máximo dos Santos, do escritório Demarest e Almeida Advogados e ex-funcionários da SUSEP. Um dos casos possíveis de acontecer é o IRB aceitar o risco, mas a seguradora saber que existem taxas mais baixas no mercado externo. Sobre a norma transitória, Santos avalia que a SUSEP se limitou ao necessário. “O mercado está entrando em um mundo novo, de resseguro aberto, e é preciso ser cauteloso”, diz.

Na 164, a SUSEP também diz que tipo de seguradora ela vai considerar para efeito de cálculo de capital mínimo e de constituição de reservas. Primeiro, a resseguradora tem de ter capital mínimo de US\$ 100 milhões e não pode estar sediada em paraíso fiscal. A SUSEP também exige um rating mínimo da resseguradora por uma agência classificadora de risco. Por fim, a seguradora brasileira tem que ter os três últimos balanços da resseguradora.

A SUSEP também publicou a Resolução 165, esta de caráter definitivo, que fala do contrato de seguro no Brasil em moeda estrangeira. Segundo Penner, a principal mudança que a lei anterior obrigava aprovação prévia para esse tipo de apólice pelo IRB. Agora, para alguns casos, não há mais necessidade desta aprovação, mas a SUSEP quer ser informada. (Fonte: Valor Econômico, 23.07.07)



:: MERCADO RESSEGURADOR

No dia 05 deste mês foi criada a Associação Brasileira das Empresas de Resseguro (ABER), com sede no Rio de Janeiro. A nova entidade tem Paulo César Pereira Reis, da Transatlantic Re, como presidente e de Henrique de Faria Abreu de Oliveira, da Swiss Re, como vice-presidente.

Entre os objetivos da nova associação, está o desenvolvimento do mercado de resseguro no Brasil, a defesa dos interesses das empresas de resseguro, a promoção do treinamento de recursos humanos e a apresentação de propostas e sugestões para a regulamentação da abertura de resseguro.

Nove empresas que têm escritórios de representação no Brasil se associaram são elas: XL Re, Swiss Re, Munich Re, Convergium, American International Underwriters, Scor Re, Mapfre Re, Transamerica Re e Transatlantic Re.

O presidente da Aber adiantou que acaba de ser chamado para participar de discussões sobre a criação do Pólo de Resseguro do Rio de Janeiro, que a Associação defende a idéia conceitual do projeto, mas acha que a cidade ainda precisa se estruturar para receber as grandes resseguradoras do mercado externo.

“É importante pensar em como a cidade se organizará para receber as empresas do mercado internacional, pois para trazeremos os resseguradores precisaremos de incentivos fiscais, melhorar a questão da segurança pública e a logística nos aeroportos brasileiros, esses assuntos podem afastar os grandes investidores do nosso mercado”, acentua. (Fonte: Funenseg/Comunicação Social - 17/07/07)

:: DVPAT

A Câmara Federal aprovou o pedido de audiência pública do deputado Pedro Fernandes (PTB) para discutir o sistema de pagamento de indenização do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Segundo Fernandes, empresas de advocacia têm se aproveitado da situação de desespero e dificuldades por parte dos beneficiários e familiares para comprar por um valor bastante inferior a indenização devida às verdadeiras vítimas. É uma questão grave. Pessoas oportunistas se aproveitam da situação para enganar aqueles que desconhecem seus direitos e acabam sendo enrolados, advertiu o deputado.

Arrecadação - Em 2006, a arrecadação do DPVAT, que abrange todas as categorias de veículos (carros de passeio, motos, táxis, veículos de transporte coletivo, caminhões, camionetas, máquinas de terraplanagem e equipamentos mó-

veis em geral, quando licenciados), foi de R\$ 2,912 bilhões, valor correspondente a 33.508.344 veículos segurados.

Devem participar da audiência, de acordo com o requerimento de Pedro Fernandes, o presidente da SUSEP, René de Oliveira Garcia Júnior; o presidente da FENASEG, João Elísio Ferraz de Campos; o diretor do Denatran, Alfredo Peres da Silva; e um representante do Ministério Público. (Fonte: Seguros Inf - 17/07/2007)





:: PREVIDÊNCIA PRIVADA

O setor de previdência privada captou R\$ 2,254 bilhões em maio deste ano. O desempenho representou alta de 30,43% na comparação com maio de 2006, quando o total captado foi de R\$ 1,728 bilhão. Os dados foram divulgados ontem pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi). No acumulado do ano, a previdência privada já captou R\$ 10,323 bilhões.

A expansão em maio foi liderada pelo plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), que cresceu 46,37%, passando de R\$ 1,13 bilhão para R\$ 1,654 bilhão entre maio de 2006 e maio último. O VGBL é o produto indicado para o investidor que não declara imposto pelo modelo completo.

O Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) - produto ideal para quem declara Imposto de Renda, uma vez que permite deduzir até 12% do montante a ser pago à Receita Federal -

teve captação de R\$ 338 milhões, o que representa uma queda de 17,61% em relação a maio de 2006, quando o volume de novas contribuições chegou a R\$ 410,2 milhões.

Porém, mais uma vez o grande destaque do mês ficou por conta dos planos tradicionais - que garantem rendimento do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) mais taxa de juros de 6%. A captação dessa modalidade de planos cresceu 40,58% entre maio de 2006 e maio de 2007, passando de R\$ 185 milhões para R\$ 260,1 milhões.

Em relação à participação no volume de contribuições por tipo de plano, o VGBL lidera o ranking, com 73,39% do total, seguido pelo PGBL, com 14,99% do total, seguindo por planos tradicionais, com 11,54% do total de novas contribuições. (Fonte: Jornal do Commercio - 18/07/07)

:: SEGURO COM PREÇO SOB MEDIDA

Um novo tipo de seguro de automóveis, popular nos Estados Unidos e na Europa, deve chegar ao Brasil. Trata-se de uma apólice que é paga por mês - e não por ano, como as tradicionais - e tem preço variável: quanto menos o segurado usa o carro, menor o valor do prêmio. As companhias monitoram os veículos por GPS para determinar o preço do seguro. Esse produto é indicado para quem passa temporadas sem usar o carro. A seguradora SulAmérica é uma das que estudam lançar a novidade. (Fonte: Referência: Revista Exame - 17/07/2007)



:: RAMO DE PESSOAS

O mercado de seguros voltados para pessoas, que engloba, entre outros produtos, seguros prestamistas, educacionais, vida individual e grupo, cresceu 12,1% nos cinco primeiros meses deste ano, comparado ao mesmo período, no exercício passado. Segundo a Fenaprevi, Federação Nacional de Previdência Privada e Vida, esse segmento gerou, até maio, receita da ordem de R\$ 4,2 bilhões. Os dados não incluem o VGBL, considerado como produto de acumulação previdenciária. Mais uma vez, os seguros prestamistas tiveram um grande destaque, com um crescimento de 51,6% no período. Entre janeiro e maio de 2007, foram comercializados R\$ 799,6 milhões em prêmios de seguros nessa modalidade. (Fonte: Seguros em Dia - 23/07/07)

:: VIDA E PREVIDÊNCIA

Os prêmios dos seguros de vida e previdência na América Latina cresceram mais do que as economias dos países da região, impulsionados pelo retorno do conceito de poupança uma vez superadas as crises financeiras, disse nesta segunda-feira um relatório privado.

O fenômeno se mostra bem forte no Brasil, a partir de um importante programa de redução de impostos a favor do desenvolvimento destes instrumentos.

Os resultados foram baseados em um estudo da consultora Ernst & Young a pedido da Associação de Seguradores de Vida e Aposentadoria da República Argentina (Avira, na sigla em espanhol).

“Os dados gerais da América Latina nos mostram prêmios subindo quase 7 por cento frente a um crescimento regional do PIB de 2,6 por cento”, disse o relatório.

“O aumento é explicado pela existência da cultura de poupança muito enraizada em boa parte da população. Uma vez superado o momento mais agudo da crise, as pessoas voltam a adiar o consumo presente para assegurar o bem-estar no futuro”, disse Gabriel Chaufan, presidente da Avira.

No Brasil, o setor de seguros de vida e previdência cresceu cinco vezes e meio a mais que o PIB ao registrar uma expansão de 11,7 por cento. Este cenário também apareceu no México e na Colômbia.

A exceção foi o Chile, no qual o crescimento dos prêmios foi de 2,9 por cento no período de 2001 a 2005, frente a 4,3 por cento do PIB regional. Na Argentina, a economia teve uma média de crescimento de 9 por cento entre 2003 e 2005, e os prêmios acumularam 12,8 por cento, concluiu o relatório. (Fonte: Agência Reuters - 17/07/2007)



:: PALESTRAS

02/08 - O potencial humano, com Márcio Kuhne, em Ponta Grossa, no Hotel Bristol.

13/08 - Riscos Patrimoniais, com Mauricio Tadeu, em Londrina, no Hotel Blue Tree.

14/08 - Riscos Patrimoniais, com Mauricio Tadeu, em Maringá, no Hotel Deville.

21/08 - Saúde, com Paulo Marcos Senra Souza e João Alceu Amoroso Lima, em Curitiba, no Hotel Bourbon.

